

Senado aprova uso de emendas da saúde para atendimento feito por bombeiros

Com 65 votos favoráveis e 2 contrários, o Plenário aprovou nesta quarta-feira (15) o projeto de lei complementar que permite a destinação voluntária de emendas parlamentares voltadas à saúde para atendimentos pré-hospitalares feitos por bombeiros. O PLP 18/2021 segue agora para sanção presidencial. **Página 08**



MP das dívidas rurais prevê juros a partir de 5% ao ano **Página 02**

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br

32 Anos



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5073 - Rondônia, sexta-feira, 17 de Julho de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Indústria brasileira repudia taxaço dos Estados Unidos sobre o Brasil

Decisão é prejudicial por reduzir competitividade brasileira, diz Fiesp **Página 03**

4

Porto Velho aposta na pesca esportiva para fortalecer o turismo e gerar novas oportunidades na Amazônia



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

VOCÊ É A NOSSA NOTÍCIA!

Tem algo importante, curioso ou que merece ser visto por todos?

ENVIE PARA A GAZETA E NÓS DIVULGAMOS!

Aqui, a **sua voz** tem vez. Sua informação pode virar notícia e ajudar a transformar a realidade da nossa comunidade.



Entre em contato com a nossa redação:
WHATSAPP 69 99338-0808
Sua sugestão pode fazer a diferença!

Tudo que você envia pode ser publicado no site **A Gazeta de Rondônia** e nas nossas redes sociais!



MP das dívidas rurais prevê juros a partir de 5% ao ano

Produtores rurais que perderam safras entre 2019 e 2025 poderão renegociar dívidas rurais com taxas de juros que variam de 5% a 12% ao ano. É o que determina a Medida Provisória (MP) 1.376/2026, assinada pela Presidência da República na quarta-feira (15). A MP atende de agricultores familiares até grandes produtores, com condições diferenciadas para cada categoria.

Os interessados têm até o dia 12 de novembro para contratar novo empréstimo com as instituições financeiras e utilizar os recursos para quitar as dívidas atuais.

O prazo também vale para produtores emitirem novas Cédulas de Produto Rural (CPR), título que os bancos podem comprar sob promessa de receberem futuramente os ganhos da produção. Com os valores da venda, os agricultores devem quitar CPRs anteriores não pagas.

O Congresso Nacional terá no máximo 120 dias, sem contar o recesso, para decidir se transforma a medida em lei, tornando as regras definitivas.

Quais os tipos de dívidas?

As linhas de crédito devem ser utilizadas para quitar dívidas:

renegociadas ou prorrogadas até 31 de maio de 2026, desde que estejam com pagamento atrasado de 1º de janeiro de 2024 a 31 de maio de 2026. Também contempla casos de crédito para investimento em que as parcelas estão vencidas desde o início de 2024, ou com vencimento



até o fim de 2026;

outros casos que o Poder Executivo definir.

Quem pode se beneficiar?

Produtores e cooperativas rurais podem tomar os empréstimos com condições mais vantajosas que o mercado. Essas condições variam de acordo com o tamanho da dívida e com a categoria do produtor.

O agricultor familiar que se enquadra nas exigências poderá acessar, por exemplo, até R\$ 500 mil a juros a partir de 5% ao ano, em casos excepcionais. Atualmente, a taxa básica de juros do mercado é de 14,25% ao ano. Veja aqui mais informações.

Os mini, pequenos e médios produtores terão as mesmas condições (saiba mais aqui) com taxas de juros que variam entre 8% e 12%.

Outra categoria inclui todos os demais produtores, como os grandes agricultores, que podem receber até R\$ 8 milhões emprestados (veja condições).

Se a dívida for maior que as previstas na medida provisória, o interessado deve buscar a instituição financeira para negociar outras

as taxas de juros até dia 12 de novembro. O prazo para quitação será de até 8 anos.

Quais regras para a CPR? Para o produtor emitir nova CPR, é necessário que a CPR atual:

tenha sido emitida para liquidar uma terceira CPR mais antiga;

tenha sido emitida até 31 de dezembro de 2025;

não tenha sido paga entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de maio de 2026.

Impacto

O Ministério da Fazenda estima que mais de 100 bilhões de dívidas podem ser renegociadas. Foi o que disse o ministro Dario Durigan em coletiva à imprensa na quarta-feira (15), após reunião entre o governo, parlamentares da Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária (FPA) e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) afirmou que o alívio atingirá a maioria dos produtores. Os CPRs, por exemplo, são usados por mais da metade dos produtores para se financiar, disse ela.

— Com o Plano Safra já vigente, muita gente não conseguiria participar do

crédito. A tramitação [da medida provisória] é de maneira célere, para que os produtores possam já encaminhar sua renegociação e também acessar o Plano Safra [programa que financia a atividade agropecuária] para fazer a próxima safra, que começa a ser plantada em setembro deste ano — disse na coletiva.

O governo federal publicou a medida provisória como forma de aplicar desde já regras previstas no Projeto de Lei (PL) 5.122/2023, que retornou à análise dos deputados após alteração feita pelos senadores em junho. O texto original demorou quase dois anos para ser aprovado pela primeira vez na Câmara. Segundo o acordo, agora os parlamentares analisarão apenas a medida provisória.

Quem fica de fora?

Tereza chamou a negociação de um “acordo possível”, apesar de desagradar produtores gaúchos, disse ela. O texto não permite a renegociação a quem tomou empréstimos baseados na Lei 14.981, de 2024, que autorizou financiamento para a reconstrução do Rio Grande do Sul e outros estados que tiveram calamidades pú-

blicas em virtude de fortes chuvas.

Também fica de fora quem tem dívida rural encaminhada para a Dívida Ativa da União e quem tomou empréstimo com base na MP 1.314/2025, que durou entre setembro de 2025 e fevereiro de 2026 e facilitou empréstimos aos produtores prejudicados por eventos climáticos adversos.

Fundo garantidor

A medida autoriza a criação de um fundo privado garantidor de crédito para dívidas rurais, que poderá ser criado e gerenciado por instituição financeira pública ou privada. O mecanismo garante aos bancos que os casos de inadimplência serão pagos pelo fundo, o que resulta em condições mais vantajosas para o tomador de empréstimo.

O fundo deverá ter a participação de produtores rurais e instituições financeiras, admitida a participação de estados e municípios..

O ministro Durigan disse que a expectativa é que a União aporte R\$ 2 bilhões e que funcione nos moldes do fundo garantidor de crédito para as instituições financeiras em geral.

Fonte: Agência Senado

Indústria brasileira repudia taxaço dos Estados Unidos sobre o Brasil

O governo dos Estados Unidos anunciou na madrugada (horário de Brasília) desta quinta-feira (16) a nova taxaço de 25% sobre produtos brasileiros e as entidades que representam vários setores da indústria brasileira reagiram fortemente à medida determinada pelo presidente Donald Trump.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgou comunicado no qual “lamenta com profunda preocupação a aplicação de uma sobretaxa às exportações de produtos brasileiros ao mercado norte-americano”.

“A decisão é especialmente prejudicial por se limitar de forma unilateral ao Brasil, o que reduz significativamente a competitividade do país perante concorrentes globais”, diz a Fiesp.

A entidade reafirmou também o “seu compromisso com a diplomacia empresarial e seguirá trabalhando de forma construtiva junto a parceiros nos EUA para que as tarifas sejam revertidas ou parcialmente mitigadas na ampliação da lista de isenções”.

Fiemg

Quem também se manifestou sobre a taxaço norte-americana sobre a economia brasileira foi a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

“A Fiemg manifesta pro-



funda preocupação com o recente aumento das tarifas aplicadas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros”.

Em sua manifestação, a Fiemg reforçou a “importância do diálogo e da cooperação entre os países, especialmente em um momento em que se exige serenidade e responsabilidade nas relações comerciais internacionais”.

A entidade a indústria mineira declarou ainda que os Estados Unidos são um parceiro estratégico para

o país, “em especial para a indústria manufatureira nacional”.

CNI

Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), também criticou a aplicação de taxas contra o Brasil, determinada pelo governo dos EUA.

“Os efeitos do aumento de tarifas dos Estados Unidos estão sendo cada vez mais sentidos pela indústria brasileira: 20 dos 27 estados reduziram suas exportações ao mercado norte-americano no primeiro trimestre”,

afirmou Alban.

“Diante do anúncio de hoje, o cenário tende a piorar, corroendo ainda mais a competitividade da indústria brasileira. Não podemos poupar esforços para reverter essa lógica e retomar a relação que o Brasil e Estados Unidos construíram”, acrescentou.

Tarifaço

O governo dos Estados Unidos anunciou uma sobretaxa de 25% sobre produtos exportados pelo Brasil para aquele país, na madrugada de hoje, horário de Brasília.

A decisão entra em vigor a partir de 22 de julho. Ela vai incidir sobre produtos que não estão na lista de exceção.

Ficaram de fora produtos como café, suco de laranja, carne bovina, aeronaves, entre outros. A lista de produtos isentos chega a mais de 2 mil itens. Eles não são sobretaxados por terem muita importância dentro do mercado norte-americano e por não serem produzidos em larga escala pela indústria do país.

Fonte: Agência Brasil

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878

Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açai, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL

E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editlagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Porto Velho aposta na pesca esportiva para fortalecer o turismo e gerar novas oportunidades na Amazônia

Pela primeira vez, Porto Velho será palco de um debate voltado exclusivamente ao fortalecimento da pesca esportiva e do turismo sustentável. Nesta sexta-feira (17), a partir das 14h30, o Teatro Banzeiros recebe o 1º Fórum Amazônico de Pesca Esportiva, promovido pela Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer (Semtel), reunindo especialistas, representantes do poder público, entidades do setor e apaixonados pela modalidade.

A programação foi construída para discutir estratégias capazes de transformar a pesca esportiva em um importante vetor de desenvolvimento econômico, turístico e ambiental para a capital rondoniense. O evento contará com duas palestras que abordarão temas fundamentais para o crescimento organizado da atividade.

A primeira palestra será ministrada por Humberto Pi-

res, analista técnico executivo do Ministério do Turismo, que falará sobre “Turismo de Pesca Amadora e Esportiva: uma agenda estratégica para o desenvolvimento sustentável de destinos”. Durante a apresentação, serão debatidas ações que unem preservação ambiental, geração de emprego e renda e fortalecimento dos destinos turísticos por meio da pesca esportiva.

Na sequência, a superintendente federal do Ministério da Pesca e Aquicultura em Rondônia, Dra. Raica Esteves Xavier Meante, conduzirá a palestra “Gestão e Ordenamento da Pesca Amadora e Esportiva”, trazendo reflexões sobre políticas públicas, regulamentação da atividade e a importância do manejo responsável para garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros.

Protagonismo na Amazônia

Para o secretário executivo de Turismo da Semtel,

Aleks Palitot, o fórum representa um momento histórico para Porto Velho.

“Estamos reunindo profissionais altamente qualificados para discutir um segmento que possui enorme potencial de crescimento na nossa região. A pesca esportiva movimenta o turismo, fortalece a economia local e valoriza as riquezas naturais da Amazônia. Este fórum marca o início de uma nova etapa para o desenvolvimento do turismo em Porto Velho.”

O prefeito Léo Moraes destacou que a iniciativa reforça o compromisso da gestão municipal em investir em novos segmentos econômicos e turísticos.

“Porto Velho possui um patrimônio natural privilegiado e a pesca esportiva pode se tornar uma das grandes vitrines do nosso turismo. Promover esse debate com especialistas nacionais demonstra que estamos planejando o futuro,



criando oportunidades e fortalecendo um setor que gera emprego, renda e desenvolvimento sustentável.”

Além das palestras, o encontro será uma oportunidade para aproximar instituições públicas, entidades do setor e a sociedade, promovendo o intercâmbio de experiências e a construção de

estratégias para consolidar Porto Velho como um dos principais destinos de pesca esportiva da Amazônia.

As inscrições são gratuitas e ainda restam as últimas vagas. Os interessados podem garantir participação por meio do link disponibilizado pela organização do evento.

Contribuintes têm até 31 de julho para aderir ao Refaz ICMS e obter descontos de até 95% em débitos

Os contribuintes de Rondônia que possuem débitos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) têm uma oportunidade para regularizar sua situação fiscal com condições especiais. O Programa de Recuperação de Créditos de ICMS (Refaz ICMS) permite a quitação de débitos com expressiva redução de multas e juros, além da possibilidade de parcelamento em longo prazo.

Podem ser incluídos no programa os débitos de ICMS cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2024, estejam eles constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive aqueles que já são objeto de cobrança judicial.

Para Mauro Roberto da

Silva, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais de Tributos de Rondônia (Sindafisco) o Refaz ICMS representa uma oportunidade importante tanto para os contribuintes quanto para a economia de Rondônia.

“Estamos divulgando o programa porque é fundamental que os contribuintes fiquem atentos ao prazo de adesão e aproveitem essa chance de regularizar seus débitos com condições diferenciadas. O Sindafisco apoia essa iniciativa do Governo do Estado por entender que ela fortalece a arrecadação, estimula a recuperação da atividade econômica e contribui para um ambiente de negócios mais saudável em Rondônia”, destacou.

Principais benefícios

O maior desconto é concedido para quem optar pelo pagamento à vista: redução de até 95% das multas e dos juros.

Também é possível parcelar os débitos, mantendo descontos significativos:

- até 12 parcelas: redução de até 85%;
- até 24 parcelas: redução de até 80%;
- até 36 parcelas: redução de até 75%;
- até 60 parcelas: redução de até 70%;
- até 120 parcelas: redução de até 65%;
- até 180 parcelas, exclusivamente para empresas em recuperação judicial ou falência, com redução de até 60%.

Atenção ao prazo

A adesão ao programa somente será efetivada com

o pagamento da parcela única ou da primeira parcela até 31 de julho de 2026. Apenas emitir o Documento de Arrecadação (DARE) não garante a participação no programa; é indispensável que o pagamento seja realizado dentro do prazo legal.

Cuidados importantes

Antes de aderir ao Refaz ICMS, o contribuinte deve observar alguns pontos:

– quem optar pelo parcelamento deverá incluir todos os débitos passíveis de inclusão no programa, não sendo possível escolher apenas alguns deles;

– a adesão implica reconhecimento definitivo da dívida, com renúncia a recursos administrativos e judiciais relativos aos débitos incluídos;

– o parcelamento poderá ser cancelado em caso de atraso superior a 90 dias ou de descumprimento das demais condições previstas na lei, fazendo com que os descontos concedidos sejam perdidos.

Como aderir

O cálculo dos valores e a emissão do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (DARE) estão disponíveis no Portal do Contribuinte da Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN).

A recomendação é que os interessados não deixem a adesão para os últimos dias, evitando imprevistos que possam impedir o pagamento dentro do prazo e, consequentemente, a obtenção dos benefícios do programa. Com informações do Sindafisco Rondônia

Educação: Senado aprovou novo PNE, piso do professor e expansão do ensino federal

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma intensa agenda legislativa na área da educação. O Senado participou da construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e aprovou medidas de valorização dos professores, expansão da rede federal de ensino e inclusão educacional.

As propostas abrangem diferentes etapas da formação escolar e universitária e buscam ampliar o acesso ao ensino, melhorar sua qualidade e orientar as políticas públicas para os próximos anos.

PNE 2026-2036

A principal medida do semestre foi a aprovação do novo Plano Nacional de Educação, sancionado como Lei 15.388. O plano estabelece as diretrizes que orientarão as políticas educacionais do país até 2036, com foco na ampliação do acesso à educação, na melhoria da qualidade do ensino e na redução das desigualdades.

Originado do PL 2.614/2024, o novo PNE reúne 19 objetivos e 73 metas organizadas em três eixos: acesso, qualidade e equidade. Entre os principais compromissos, estão a universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, a ampliação do atendimento em creches para 60% das crianças de até 3 anos e a alfabetização de todos os estudantes até o fim do 2º ano do ensino fundamental.

Na avaliação de Luana Bergmann, consultora legislativa em educação do Senado, entre todas as medidas aprovadas pelos senadores no semestre, o PNE é a que tem o maior potencial de alcance, por definir os rumos da política educacional brasileira para os próximos dez anos.

— Foi um passo muito relevante, uma nova "bússola", um "GPS" renovado para a educação nacional. Isso porque o novo PNE 2026-2036 está bastante sintonizado tanto com os desafios históricos quanto com os desafios do presente e do futuro, com metas voltadas para tecnologias, conectividade, mudanças climáticas, diferentes modalidades da educação e participação social.

Além das metas educacionais, o plano prevê a ampliação gradual do investimento público em educação, dos atuais 5,5% do produto interno bruto (PIB) para 10%, ao final da vigência do plano. Também fortalece a política de educação em tempo integral, com a meta de que, até 2036, 65% das escolas públicas ofereçam jornada mínima de sete horas diárias, atendendo metade dos estudantes da educação básica.

A participação dos senadores começou antes mesmo da chegada formal da proposta à Casa. Entre 2024 e 2025, a Comissão de Educação e Cultura (CE) do Senado promoveu 23 audiências públicas

sobre o tema. Somando os debates, foram 34 audiências e mais de mil emendas analisadas durante a tramitação.

O colegiado também instalou uma subcomissão para acompanhar a execução do plano e monitorar seus indicadores ao longo dos próximos anos.

Presidente da Comissão de Educação e relatora do projeto de lei do novo PNE, a senadora Teresa Leitão (PT-PE) ressaltou que o plano foi amplamente discutido até a aprovação.

— Estou convencida de que o texto confirmado no Senado Federal resulta de um acúmulo de participação social, debate e construção política, que não pode ser menosprezado. Resulta também da mediação possível entre as diferentes correntes de opinião presentes na sociedade e no Congresso Nacional — disse Teresa durante a votação do texto no Plenário do Senado, em março.

Formação cidadã

Ainda no campo da educação básica, o Senado aprovou projeto que inclui a educação política e os direitos da cidadania entre os conteúdos obrigatórios das escolas.

O PL 4.088/2023 altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para dar maior destaque ao estudo da realidade social e política do país na organização dos currículos. Embora esses temas já estejam previstos na legislação, a proposta busca fortalecer a formação cidadã dos estudantes.

A matéria foi debatida intensamente em Plenário. Parlamentares favoráveis defenderam que a medida contribui para preparar os jovens para a participação na vida pública. Já os contrários manifestaram preocupação com uma possível sobrecarga dos currículos e com o risco de abordagens ideológicas em sala de aula.

Ainda assim, a proposta foi aprovada sem alterações e seguiu para sanção presidencial.

Expansão da rede federal

Os primeiros meses do ano também foram marcados por iniciativas para ampliar a presença do ensino superior público e fortalecer a estrutura das instituições federais de ensino. Uma delas foi a aprovação do projeto que autoriza a criação da Universidade Federal do Xingu (UFX), no Pará.

Com sede em Altamira, a instituição será formada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA) e deverá ampliar a oferta de ensino, pesquisa e extensão no sudoeste paraense, contribuindo para o desenvolvimento de uma região estratégica da Amazônia.

A proposta (PLS 359/2017), do ex-senador Paulo Rocha (PA), foi encaminhada para análise da Câmara



dos Deputados.

Outro projeto aprovado (PL 6.133/2025) cria a Universidade Federal do Esporte (UFEsporte), vinculada ao Ministério da Educação e com sede em Brasília. Caso sancionada, a nova instituição será voltada à formação de profissionais, à pesquisa e à inovação em ciências do esporte, além de incentivar a chamada dupla carreira, permitindo que estudantes conciliem a formação acadêmica com a prática esportiva e tenham apoio na transição após o fim da carreira de atleta.

A consultora avalia que as duas propostas reforçam o papel das universidades públicas como instrumentos de desenvolvimento regional.

— A criação dessas novas universidades reforça que o ensino superior público, no Brasil, segue funcionando como forte vetor para desenvolvimento regional, equidade territorial e formação de quadros estratégicos.

O fortalecimento da rede federal também avançou com a ampliação do quadro de servidores das universidades e institutos federais. A Lei 15.367 criou cerca de 22 mil cargos entre professores, técnicos e analistas em educação, distribuídos entre universidades federais e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O texto surgiu do PL 5.874/2025, aprovado pelo Congresso para ampliar o atendimento das instituições e dar suporte à expansão do ensino público federal.

Valorização dos professores

A valorização dos profissionais da educação esteve entre as prioridades da pauta legislativa. A principal conquista foi a atualização do piso salarial nacional do magistério para R\$ 5.130,63 em 2026, reajuste de 5,4% em relação ao valor anterior.

Além de confirmar o novo piso, a medida ampliou seu alcance aos professores temporários, tornou obrigatório que o cálculo anual do reajuste seja divulgado de forma transparente e incluiu expressamente o valor do piso na legislação.

A norma tem origem na Medida Provisória (MP) 1.334/2026, posteriormente convertida no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2026 e sancionada como Lei 15.437.

Luana Bergmann afirma que as mudanças fortalecem a política nacional de valorização docente e beneficiam as redes públicas de educação básica, que reúnem mais de 2 milhões de professores.

— O novo desenho do piso trouxe previsibilidade, proteção do poder de compra e perspectiva de ganho real continuado para os professores. Isso impacta diretamente a atratividade da carreira no Brasil, em um contexto já marcado pela escassez de docentes em várias áreas.

Outra proposta aprovada amplia as oportunidades de formação continuada desses profissionais. O PL 96/2024 assegura aos professores da educação básica da rede pública o direito de utilizar a licença remunerada prevista em lei para participar de cursos de qualificação, especialização, mestrado, doutorado e atividades de pesquisa.

O projeto altera a LDB para deixar expresso que essas atividades fazem parte da formação continuada dos profissionais da educação, reduzindo divergências de interpretação sobre o reconhecimento de cursos e pesquisas como instrumentos de qualificação.

Na avaliação da consultora legislativa, a medida cria condições objetivas para que os professores invistam no próprio aperfeiçoamento sem prejuízo da carreira.

— A proposta reforça uma agenda de políticas docentes voltada ao aprimoramento profissional permanente, especialmente em um período de rápidas transformações na educação.

Inclusão educacional

Em maio, o Senado aprovou o PL 1.049/2026, responsável por criar a primeira política nacional voltada especificamente aos estudantes com altas habilidades ou superdotação. Sancionada como Lei 15.436, a medida cria instrumentos para identificar esse público, orientar políticas educacionais e ampliar o atendimento especializado.

Um dos principais avanços é a implementação do Cadastro Nacional de Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, previsto no LDB desde 2015, mas ainda não colocado em prática. Sob responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), o banco de dados reunirá informações de estudantes da educação básica, do ensino superior e da pós-graduação para subsidiar a formulação de políticas públicas.

A legislação também estabelece diretrizes para a identificação precoce desses estudantes e para a oferta de atendimento educacional especializado, incluindo estratégias que respeitem suas necessidades de aprendizagem e favoreçam o desenvolvimento de seu potencial.

Outro avanço é o reconhecimento da chamada dupla excepcionalidade, situação em que estudantes com altas habilidades ou superdotação também apresentam deficiência, transtorno ou outra condição do neurodesenvolvimento. A norma ainda incentiva a criação de centros de referência e a formação de profissionais especializados.

Lurya Rocha, sob supervisão de Dante Acioly

Fonte: Agência Senado

SAÚDE

Insônia pode aumentar risco de fibrilação atrial

A insônia pode ter impacto além do cansaço e da queda na qualidade de vida. Um grande estudo publicado no Journal of the American Heart Association mostrou associação entre insônia e maior risco de fibrilação atrial, uma arritmia que pode causar palpitações, falta de ar, fadiga e aumentar o risco de AVC.

A pesquisa analisou dados de mais de 1,7 milhão de pessoas no Japão, sem histórico prévio de doença cardiovascular. Entre elas, cerca de 12% tinham diagnóstico de insônia.

Após ajustes para outros fatores de risco, incluindo apneia do sono e condições cardiovasculares tradicionais, a insônia permaneceu associada ao aumento de 14% no risco de desenvolver fibrilação atrial.

A associação foi observada em diferentes grupos, mas pareceu mais forte em mulheres e em pessoas com menos de 65 anos. O estudo não prova que a insônia cause diretamente a arritmia, mas reforça que problemas persistentes de sono devem ser valorizados na prática clínica.

Fonte: Journal of the American Heart Association.

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026/MISTO**

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 91921/2026/SEMUS, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Medicamentos para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde – SEMUS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. R\$ 57.744.357,50 (Cinquenta e sete milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos). Início da sessão: 03/08/2026 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet.

Vilhena-RO, 16/07/2026.

LUCILENE CASTRO DE SOUSA – PREGOEIRA

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026/AMPLO**

A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 1231/2025/SEMAS, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Software e serviços correlatos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste anexo e seus instrumentos. R\$ 116.127,39 (cento e dezesseis mil e cento e vinte sete reais e trinta e nove centavos.) Início da sessão: 03/08/2026 às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet.

Vilhena-RO, 16/07/2026.

ELIAMAR MOREIRA DA SILVA PARDIM – PREGOEIRA

agazetaderondonia.com.br
Versão Digital

**Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
Notificação**

Aos Partidos Políticos

Aos Sindicatos de Trabalhadores com sede no Município

Às entidades empresariais com sede no Município

Ao Conselho Municipal de Saúde de Nova União

Considerando a necessidade de notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no ente, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros, como forma de incrementar o controle social, conforme consagrado pela Lei 9.452, de 1997.

Considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União de quem além da publicação dos extratos dos convênios no Diário Oficial da União, deve, o conveniente ou contratado, dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver.

Notificamos os créditos de recursos financeiros recebidos na conta vinculada, Realização do evento "32º Aniversário de Nova União/RO", na data de 18 a 20 de junho de 2026 no Município de Nova União - Rondônia, conforme convênio nº 388/2026/PGE-SEJUCEL, firmado com esta Prefeitura Municipal de Nova União, conforme dados abaixo:

Programa: Realização do evento "32º Aniversário de Nova União/RO", na data de 18 a 20 de junho de 2026 no Município de Nova União - Rondônia, conforme convênio nº 388/2026/PGE-SEJUCEL.

DATA	VALOR CONTRAPARTIDA	VALOR DO REPASSE
15/07/2026	R\$ 120.000,00	R\$ 600.000,00

Nova União, 15 de julho de 2026

João José de Oliveira
Prefeito

Manasses Calandrelli Sodré
Secretaria Municipal de Obras,
Serviços Públicos
SEMOSP



Supermercados estreiam na venda de medicamentos e acirram briga com farmácias

(Folhapress) — Aplicação de injeção, furação de orelha, medição de pressão, testes de glicemia, Covid e gripe. Estes serviços, assim como a venda de dermocosméticos, medicamentos sem prescrição e os regulados, como as canetas emagrecedoras, estão disponíveis a partir desta quinta-feira (16) no Assaí Anhanguera, zona oeste de São Paulo. A inauguração do Assaí Farma marca a entrada do varejo alimentar na venda de medicamentos, desde que foi aprovada, em março, a lei 15.357/2026.

A legislação veio com restrições: é preciso que a farmácia esteja em um espaço segregado do resto do supermercado, com a presença de um farmacêutico responsável durante todo o período em que estiver aberta. No Assaí Farma, muro e prateleiras de vidro, além de antenas antifurto, separam a loja do restante do atacarejo.

A primeira das 25 farmácias da rede, previstas para serem inauguradas neste ano no estado de São Paulo, tem caixa próprio e ocupa 100 m² logo na entrada do Assaí Anhanguera. A loja tem 12 mil itens (SKUs), contra 10 mil do atacarejo.

Vagner Moraes, diretor de farmácias do Assaí, acredita que o consumidor vai incluir a ida à farmácia do atacarejo durante as compras de alimentos, com a possibilidade de fazer a aquisição on-line no aplicativo e a retirada na loja.

“Pesquisa realizada no ano passado apontou que 78% dos nossos consumidores estariam dispostos a comprar em farmácias instaladas dentro dos pontos de venda”, diz Moraes. O Assaí recebe cerca de 40 milhões de consumidores por mês em seus 313 atacarejos.

Moraes é cauteloso em relação à promessa do varejo alimentar de vender mais barato que as farmácias tradicionais. Como o Assaí Farma ainda está em fase inicial, não realizou compras em volume suficiente para garantir preços menores.

Para ganhar força na negociação com a indústria farmacêutica, o Assaí preparou um evento de inauguração nesta quarta (15) voltado a parceiros e rivais do varejo alimentar para discutir o modelo de farmácias dentro dos supermercados e unir forças para obter condições mais vantajosas com fabricantes.

Os supermercados estão interessados em um mercado que movimentou R\$ 227 bilhões no país em 2025, alta de 12% no ano passado, fazendo do Brasil o 8º maior merca-

do no ranking mundial, segundo o Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos).

Quem está puxando as vendas do setor são as canetas emagrecedoras, cuja demanda aumentou 42% em volume em 2025, para 8,7 milhões de unidades, segundo a consultoria Iqvia, que audita a venda de medicamentos.

Os varejistas de alimentos vão disputar espaço com gigantes. Enquanto o Assaí Farma pretende abrir 25 lojas este ano, chegando a 250 em dois ou três anos, a RD Saúde, líder do setor com as redes Raia e Drogasil, soma mais de 3.500 lojas em quase 700 cidades.

Só neste ano, a RD Saúde está inaugurando mais de 300 lojas. Ao todo, o varejo farmacêutico nacional conta com cerca de 100 mil farmácias. Até recentemente, a legislação reservava às farmácias, drogarias, postos de saúde e hospitais a distribuição de medicamentos ao consumidor.

Outras iniciativas

Além do Assaí, outros grandes varejistas estão de olho nas farmácias dentro das lojas. A Plurix, dona de 180 lojas em São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, com bandeiras como Amigão, Superpão e Avenida, vai fazer projetos-piloto em seis lojas do interior paulista.

O Carrefour, maior varejista do país, já conta com uma rede de 98 drogarias (85 com a bandeira Carrefour e 13 com Atacadão), em 10 estados e no Distrito Federal, todas fora das lojas, no espaço das galerias. “No quarto trimestre iremos abrir duas novas operações no Atacadão”, diz Leonardo Silva, diretor sênior de postos e drogarias do grupo.

O Grupo Mateus, terceiro maior grupo do varejo alimentar nacional, inaugurou no final de junho, em São Luís (MA), a primeira farmácia em parceria com o Grupo Toureiro, a Mix Toureiro Farma. É uma loja independente, de rua, de 1.000 m², mas que marca a chegada do grupo ao varejo farmacêutico, com o slogan “O menor preço do mundo”.

Aposta em remédios não é para todo supermercado

Comercializar remédio, porém, não é uma tarefa fácil. O preço de medicamentos é controlado no Brasil, por meio da CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), vinculada à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)



A CMED define o PMC (Preço Máximo ao Consumidor) — que é o teto cobrado pelas farmácias por um medicamento — a partir do PF (Preço Fábrica), que é o valor que remunera o fabricante e o distribuidor.

Segundo apurou a Folha com representantes da indústria e do varejo, a margem bruta do varejo farmacêutico varia de 25% a 33% sobre o PF. Um medicamento que tem preço fábrica de R\$ 100, por exemplo, chega ao consumidor custando entre R\$ 125 e R\$ 133.

Os supermercados estariam dispostos a praticar 20% de margem bruta, ou seja, levar o mesmo remédio ao consumidor por R\$ 120. Para isso, precisam formar volume — algo em que o varejo farmacêutico se especializou.

Para Alberto Serrentino, sócio da Varese Retail, montar uma farmácia em um supermercado só se justifica em lojas de alto tráfego e muito amplas, como atacarejos. “É uma operação que vai demandar caixa dedicado, mas não acredito em explosão de lojas no curto prazo.”

O presidente da Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), Nelson Mussolini, também não aposta em uma guinada nas vendas de medicamentos. “A legislação impôs limites à operação, o que para nós é favorável, não queríamos venda de canetas para emagrecer junto com salgadinhos”, diz.

Para a gaúcha Panvel, quinta maior rede do varejo farmacêutico do país, os supermercados não ameaçam a venda das farmácias. “Eles já tentaram antes, com as far-

mácias nas galerias, e redes como o Walmart e o Pão de Açúcar saíram do negócio. Quem ficou, reduziu a rede pela metade”, diz Júlio Mottin Neto, CEO da Panvel.

Edson Tamascia, presidente da Farmarcas — que gerencia uma rede de 1.700 farmácias e drogarias por meio do modelo de associativismo — se mostra igualmente cético. “A legislação foi muito boa para nós”, diz. “O varejo alimentar brasileiro queria vender medicamento sem prescrição nas gôndolas, como nos Estados Unidos.” Para ele, a dinâmica de venda e consumo de medicamentos é complexa e diferente da de alimentos. “São jornadas distintas”, afirma.

A aposta da Abras (Associação Brasileira de Supermercados) é outra. “A média de visita do consumidor ao varejo alimentar é de sete vezes por mês — contra 1,5 vez às farmácias”, afirma João Carlos Galassi, presidente da entidade. Segundo ele, mais concorrentes no varejo alimentar pode ajudar os consumidores. “As 29 grandes redes de farmácia detêm 60% das vendas do setor. Em supermercados, são necessárias mais de 1.000 empresas para chegar a este percentual”, diz. “Mais competição indica preço melhor.”

Indústria tentou venda direta e foi barrada

Mais gente está de olho na venda de medicamentos, o que deve acirrar a disputa pelos compradores. Os marketplaces e a própria indústria querem vender diretamente ao consumidor final.

A norueguesa Novo Nordisk, dona do Ozempic, Wegovy e Rybelsus, para controle de diabetes e

obesidade, fechou uma parceria com a AS Medicamentos para a venda direta. Lançada neste mês, a operação durou uma semana e foi temporariamente suspensa.

Segundo apurou a Folha, o encerramento se deu por pressão das grandes varejistas farmacêuticas, que ameaçaram parar de vender os produtos. A pressão chega em um momento em que a patente do Ozempic no país caiu em março.

Procurada, a Novo Nordisk disse em nota que a suspensão visa “incorporar os aprendizados obtidos durante a fase piloto”, para criar “um modelo mais integrado ao setor de varejo farmacêutico, um parceiro estratégico da companhia”.

Já a Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias), que reúne as 29 grandes redes de varejo farmacêutico do país, responsáveis por um faturamento de R\$ 118,5 bilhões no ano passado, disse desconhecer essa pressão, mas criticou a iniciativa da fabricante por não seguir as normas da Anvisa.

No México, a Novo Nordisk deu início à venda de medicamentos pelo Mercado Livre. No Brasil, por conta da legislação, o marketplace comprou uma farmácia no Jabaquara, bairro da zona sul de São Paulo, em setembro do ano passado. Em 31 de março, anunciou o lançamento de um projeto-piloto para vender medicamentos sem prescrição.

Procurado para comentar a experiência, o Mercado Livre não concedeu entrevista.



Senado aprova uso de emendas da saúde para atendimento feito por bombeiros

Com 65 votos favoráveis e 2 contrários, o Plenário aprovou nesta quarta-feira (15) o projeto de lei complementar que permite a destinação voluntária de emendas parlamentares voltadas à saúde para atendimentos pré-hospitalares feitos por bombeiros. O PLP 18/2021 segue agora para sanção presidencial.

Durante a discussão do projeto, os defensores da proposta apontaram que parte importante do atendimento de primeiros socorros no Brasil é realizada pelos bombeiros. Mesmo reconhecendo a importância desse trabalho, senadores da base do governo manifestaram o temor de que a saúde perca recursos, com o remanejamento das emendas.

O projeto veda o uso dessas emendas para remuneração de pessoal ativo e

inativo dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal, assim como qualquer custeio e investimento que não seja relativo ao atendimento pré-hospitalar.

A proposta, do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), contou com o parecer favorável do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que rejeitou todas as emendas apresentadas ao texto em Plenário.

Nelsinho destacou que o projeto não gera despesas, e sim reforça o custeio do serviço de atendimento pré-hospitalar feito por corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal. Segundo ele, não altera o equilíbrio das finanças públicas, dispensando apresentação de estimativa de impacto econômico e financeiro.

— Concordamos com o entendimento adotado

pela Comissão de Assuntos Sociais, ao reconhecer a relevância dos serviços prestados pelos corpos de bombeiros militares, cuja atuação contribui de forma expressiva para a preservação de vidas e a redução de sequelas decorrentes de agravos à saúde — avaliou.

Discussão

Diversos senadores defenderam o projeto durante a discussão em Plenário, entre eles Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), Cleitinho (Republicanos-MG), Damares Alves (Republicanos-DF), Dr. Hiran (PP-RR), Dra. Eudécia (PSDB-AL), Izalci Lucas (PL-DF) e Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

Esperidião Amin (PP-SC) apoiou a proposta, mas defendeu a aprovação de emenda de sua autoria, que incluía os corpos de bombeiros voluntários entre os

beneficiários do projeto. A emenda foi rejeitada em Plenário. Também foi rejeitada emenda da líder do governo, senadora Teresa Leitaõ (PT-PE), fixando os percentuais a serem repassados pelas emendas de comissão.

“Desmonte da saúde”

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) criticou o projeto e disse que a proposta “inicia um processo de desmonte da saúde pública brasileira”. Segundo ele, tecnicamente o atendimento dos bombeiros em emergências não caracteriza atendimento de saúde, e sim atendimento a vítimas.

— [O projeto] vai destruir uma das políticas públicas mais eficazes da saúde pública brasileira — advertiu.

O senador Humberto Costa (PT-PE) destacou a importância do projeto, mas disse que o financiamento

tem que ser feito “de maneira adequada, previsível e estável”, para que não reduza os recursos da saúde.

— A discussão não é a relevância dos bombeiros, mas de que maneira vamos financiar atendimento pré-hospitalar sem retirar recursos da saúde. Defendemos que o financiamento seja feito de outra forma, porque a saúde já sofreu demais para ter seus recursos garantidos — afirmou.

Respondendo a essas objeções, Nelsinho Trad disse que “o projeto é mais singelo que a complexidade das discussões”.

— O projeto faculta, autoriza o parlamentar que quiser pôr emenda para que o possa fazer. Não tem nada imperativo, obrigando, radicalizando. É só não colocar — afirmou o relator.

Fonte: Agência Senado

AMATUR



+de 20
destinos
pela Amazônia

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**